

AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

ART. 3º - B DA PORTARIA MPS N.º 519/2011, INCLUÍDO PELO ART. 2º DA PORTARIA MPS N.º 170, DE 25/04/2012

AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR		Nº / ANO: 136/2020
Unidade Gestora do RPPS: CaraguaPrev – Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba CNPJ: 04.332.948/0001-03.		Data: 22/07/2020
VALOR (R\$): R\$ 263,87 (duzentos e sessenta e três e reais e oitenta e sete centavos).	Dispositivo da Resolução do CMN: FI 100% Títulos TN Referenciado - Art. 7º, I, “b”	
HISTORICO DA OPERAÇÃO Descrição da operação: RESGATE FINANCEIRO NO BANCO ITAÚ S.A PAGAMENTO DE DIFERENÇA DA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. Tendo em vista a aprovação do Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo na Ata Conjunta nº 273, de 17/03/2020, diante do cenário de calamidade pública em face ao avanço do Covid-19, não só no Brasil, mas no mundo todo e orientação da GEICO da Caixa Econômica Federal, obedecendo a Resolução do CMN n.º 3922/10 e n.º 4.604/17 e a Política de Investimentos do CaraguaPrev, bem como o cadastramento/habilitação do fundo da instituição realizado pelo CaraguaPrev, ficou autorizado o resgate do valor acima do fundo de investimentos aplicado no ITAÚ SOBERANO RF IRF-M1 FI - CNPJ n.º 08.703.063/0001-16, Banco Itaú, agência 0248, conta corrente 04042-0, para pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV). Características dos ativos: Segmento: Renda Fixa / Data da Posição Atual: 21/07/2020 Instituição Financeira: BANCO ITAÚ S.A CNPJ da Instituição Financeira: 60.701.190/0001-04 Tipo de Ativo: FI 100% Títulos TN Referenciado - Art. 7º, I, “b” Fundo: ITAÚ SOBERANO RF IRF-M1 FI CNPJ do Fundo: 08.703.063/0001-16 Valor Total Atual: R\$ 263,87 Patrimônio Líquido do Fundo: R\$ 217.968.548,08		
Proponente: Comitê de Investimentos Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020	Gestor/autorizador: Certificação-validade Pedro Ivo de Sousa Tau Presidente do CaraguaPrev	Responsável pela liquidação da operação: Luana Moussalli F. Guedes Certificação: ANBIMA CPA-10 Validade 23/04/2023
Autorizado: Conselho Deliberativo Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020		